

Greve da polícia esvazia delegacias

Policiais civis decidem que só vão atender a casos de flagrantes e de crimes hediondos. Governo diz que começa a corta o ponto hoje

Marcelo Abreu
Marcello Xavier
Da equipe do **Correio**

Os policiais civis (agentes de polícia e penitenciários, escrivães, papiloscopistas, peritos e médicos legistas) rejeitaram as promessas do governo apresentadas pelo secretário de Segurança, Roberto Aguiar, e decidiram cruzar os braços. A assembleia realizada ontem de manhã em frente ao Palácio do Buriti reuniu 2.150 policiais. Os grevistas voltam a se reunir amanhã às 16h. E até lá aguardam uma proposta do governo.

Espera que pode ser em vão. O governo já decidiu cortar o ponto dos grevistas a partir de hoje e retirar deles armas e carros públicos. Foi o que disse ontem à tarde o secretário de Segurança, Roberto Aguiar.

A proposta do Sindicato dos Policiais do Distrito Federal (Sinpol), aceita por unanimidade, foi a de radicalizar a paralisação. Desde ontem estão proibidas visitas aos presídios e delegacias. E só serão atendidos os flagrantes de crimes inafiançáveis e hediondos. Os 30% do efetivo, exigidos por lei, estão garantidos para a manutenção das instalações e guarda dos presos.

O secretário de Segurança já avisou: "Não iremos admitir chantagem sobre o sistema penitenciário. Isso é usar prisioneiros como reféns". E refletiu: "Um movimento sindical legítimo não vira movimento homicida."

O Sinpol informa que fará uso de

uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça (TJ-DF) que proíbe os policiais militares de exercerem as funções dos civis.

Ainda na terça-feira à tarde, os dirigentes do sindicato se reuniram com o secretário de Segurança, Roberto Aguiar, e com o diretor-geral da Polícia Civil, Teodoro Rodrigues. Por volta das 21h, o Sinpol recebeu uma proposta do governo com quatro itens — reivindicações dos policiais ainda não atendidas desde a última greve em 17 de março.

No documento, assinado pelo secretário Roberto Aguiar, o governo diz que estão adiantadas as negociações com o governo federal relativas às Gratificações por Operações Especiais (GOE). E cita que um parecer favorável da Procuradoria da Fazenda entregue ontem ao ministro da Fazenda, Pedro Malan. A gratificação garante aumento de 90% sobre o vencimento do policial.

ISONOMIA

Outros pontos são relativos à isonomia interna — visando equiparar os policiais aprovados em concurso depois de 1996 aos antigos —, o auxílio-alimentação, prometido para ser pago em folha suplementar este mês, e sobre o adicional noturno, devido desde 1992, que seria processado em 30 dias. E pago em grupos de 200 servidores, a cada mês, até dezembro deste ano.

"Faz um ano e meio que o governo quer 30 dias. Não podemos dar mais 30 dias. Não aceitaremos mais conversas. Queremos que o gover-

Carlos Vieira



Descontentes com a demora do governo em atender às reivindicações que vêm sendo feitas desde março, mais de 2 mil policiais civis decidiram pela greve

no cumpra com as propostas prometidas", exigiu a secretária-geral do Sinpol, Joana Isacksson, ao microfone do carro de som. "O governo só apresenta propostas quando ameaçamos com greve. É para ver se a gente desiste. Mas não vamos desistir. Vamos entrar em greve e radicalizar o movimento", defende.

O secretário de Segurança classificou o retorno dos policiais à greve como "interesse político e escuso". E explicou: "Todos as pautas de reivindicação foram atendidas. Dos itens, apenas um — o adicional noturno — ainda está no Departamento de Administração Geral da Polícia Civil para ajustes de cálculos". Aguiar garantiu que cerca de 1.800

servidores receberão o auxílio. "Nosso cronograma prevê liberar os cálculos de 200 em 200 pessoas, por ordem cronológica, a partir desse mês."

Roberto Aguiar se diz surpreso com a volta dos policiais civis à greve. "Esta greve é contra quem ou a favor de quem? Qual a pauta escondida por trás disso?", pergunta o

secretário, visivelmente irritado. E vai mais adiante: "Depois de todas as reivindicações conquistadas, aparecem os pais do movimento, tentando tirar proveito da situação. O difícil vai ser saber quem é o pai. Só exame de DNA". Sem ironia, concluiu: "O problema não é de paternidade, mas de atendimento à população."